



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER

Interessado: Encarregado do Setor de Licitações

Assunto: Transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino para o 2º semestre de 2013.

Relatório

Atendendo ao solicitado no Memo do Gabinete do Prefeito, solicita o pronunciamento desta Procuradoria Jurídica, objetivando subsidiar o procedimento a ser instaurado para a contratação de empresa, transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino para o 2º semestre de 2013, conforme justificativa de contratação da Secretário Municipal de Educação e Cultura em anexo.

Pretende-se fazer um investimento máximo com o objeto pretendido da ordem de R\$ **751.177,70.**

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

Mérito

No caso esta afastada a hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação e tendo vista o valor do investimento, a licitação poderá ser realizada sob a modalidade de PREGÃO, segundo o que preceitua a Lei 10.520/02.

O ato convocatório devesse indicar de forma clara as especificações do que se pretende adquirir.

O instrumento convocatório da licitação devesse ser elaborado na forma de minuta pelo servidor incumbido da realização das licitações.

3. Conclusão

Ante ao exposto, encaminhe-se o presente instrumento a Secretaria de Administração para a elaboração do Pregão observadas as indicações deste Parecer e a forma prevista na Lei 10520/02 e na Lei 8.666-93.

Ivaí, 05 de julho de 2013.

Wilson Ariel Eidam
Procurador Jurídico



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

ASSESSORIA JURÍDICA

Interessado: Setor de Licitações

Assunto: Aprovação da minuta de edital de Licitação.

Após a análise da minuta do edital de Licitação, encaminhado a esta Assessoria através de memorando, do Setor de Licitações desta municipalidade, e atendendo as disposições do art. 38 § 1º da Lei 8.666/93, esta Assessoria verificou que a minuta do edital de licitação anexa ao memorando, atende aos requisitos do Art. 40 da Lei 8.666/93 bem como a minuta do contrato esta de acordo com as disposições legais.

Ivaí, 05 de Julho de 2013.

WILSON ARIEL EIDAM
ADVOGADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER

Interessado: **GR TRANSPORTES DE TURISMO IVAÍ
LTDA - ME**

Assunto: **Impugnação de Edital de Licitação**

1. Relatório

A empresa GR TRANSPORTES DE TURISMO IVAÍ LTDA ME apresentou impugnação aos termos do edital de licitação, modalidade pregão presencial 055/2013, impugnando especificamente os itens 2.1 e 7.1.3 do edital de licitação, alegando que o edital não traz os anexos previstos no art. 40, § 2º incisos I, II e IV, que o edital não esclarece porque a licitação foi dividida em dois lotes, que não esclarece onde começam e terminam as linhas e que a exigência de comprovação de disponibilidade de veículos e de seguro no momento da habilitação prejudica a competição entre os licitantes, requerendo ao final a reformulação dos itens impugnados.

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

2. Mérito

Tendo em vista o que preceitua o art. 41 § 2º da Lei 8.666/93, e a data marcada para o certame, verifica-se a tempestividade da impugnação.

2.1. QUANTO A FALTA DOS ANEXOS PREVISTOS NO ART. 40, § 2º INCISOS I, II E IV DA LEI 8666/93

A definição de quais anexos devem integrar o edital de licitação depende do caso concreto, sendo que o § 2º do art. 40 da Lei 8666/93, arrola



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

exemplificativamente alguns casos de anexos que podem integrar o edital, não valendo tal assertiva com relação a minuta do contrato que é anexo obrigatório do edital, inclusive é nesse sentido o entendimento do iminente doutrinador MARÇAL JUSTEIN FILHO trazido em sua obra COMENTÁRIOS A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 8ª edição, ed. Dialética, pg. 414.

“Os anexos constituem-se em capítulos dotados de alguma autonomia, em que constam exigências sobre questões específicas ou definições acerca de objeto da licitação. A definição de cada anexo dependerá do caso concreto. O § 2º arrola alguns casos de anexos, exemplificativamente.

Deve-se destacar a obrigatoriedade da minuta do futuro contrato acompanhar o edital.(...)”

No presente caso todos os anexos necessários estão acompanhando o edital, trata-se claramente de licitação para contratar empresa para prestar serviços de transporte escolar, sendo que tal objeto não comporta a elaboração de um projeto com desenhos, especificações e demais complementos, o que seria obrigatório em uma licitação referente, exemplificativamente, a uma obra.

Da mesma forma com relação ao inciso II do § 2º, do art. 40 da lei 8666/93, trata-se de licitação na qual a administração se propõe pagar um determinado valor pelo quilometro efetivamente rodado, qual planilha se poderia fazer nesse sentido? Cabe ao licitante analisar o valor ofertado, fazer um levantamento do seu custo para a prestação de serviços e apresentar uma proposta perante a administração.

Quanto as especificações complementares previstas no inciso IV do § 2º, do art. 40 da lei 8666/93, o edital é bastante claro do que se pretende licitar, não deixando qualquer margem de dúvida, desta forma não existe nenhum anexo nesse sentido capaz de trazer esclarecimentos complementares.

Desta forma a impugnação com relação a falta dos anexos previstos no § 2º, do art. 40 da lei 8666/93 não merece prosperar.

2.2. QUANTO A DIVISÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO EM DOIS LOTES

Não existe nenhuma norma legal que obrigue a administração pública de fracionar o objeto que pretende contratar, a definição do objeto é obrigação da administração pública, não podendo fazer exigências quanto ao objeto que implique na restrição de participação dos licitantes no entanto, os limites do objeto são definidos pela administração. Exemplificativamente, não se pode obrigar a administração que



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

pretende construir um estádio, que divida o objeto em partes menores somente para que empresas de pequeno porte possam participar da licitação.

Se a administração pretende contratar 251.230 km de transporte escolar poderia fazê-lo em lote único se assim achasse conveniente e exigir que os licitantes possuíssem capacidade técnica e equipamentos necessários para executar o objeto da licitação.

Segundo a Secretaria de Educação do Município a licitação compõe-se de várias linhas, sendo que na sua maioria as mesmas necessitam de veículos de um determinado porte, ou seja, veículos maiores e outras que podem ser feitas com veículos menores, como vans por exemplo.

Diante de tal situação, e para garantir a participação de um maior número de licitantes, optou-se por dividir a licitação em dois lotes, uma para o qual se exige veículos maiores e outro que exige veículos menores, sendo esse o motivo da divisão da licitação em dois lotes.

No entanto a impugnante não está interessada no lote menor e sim no maior, sendo que nesse sentido esclarece a Secretaria de Educação, que tal lote não foi subdividido em linhas pelo fato de que entre as linhas que compõe tal lote existem linhas feitas em trechos com pavimentação asfáltica, em terrenos planos, em terrenos acidentados, enfim em uma diversidade de condições. Caso a licitação fosse dividida em linhas algumas seriam cotadas e até disputadas pelos licitantes e outras não teriam interessadas, por este motivo não houve a subdivisão em linhas.

Não existe nenhum favorecimento a quem quer que seja com a divisão da licitação em dois lotes, pelo contrário, se não houvesse a divisão em dois lotes até que se poderia pensar em favorecimento, no entanto, para resguardar o direito de participação do certame de empresas de pequeno porte se dividiu a licitação em um lote para o qual se exige veículos maiores e outro que exige veículos menores, possibilitando a participação de empresas menores, inclusive a impugnante.

O processo licitatório visa a contratação com fornecedores que apresentem propostas mais vantajosas para a administração e que atendam o interesse público, não atendendo o interesse público a divisão do lote 1 em lotes menores, mesmo que em tal caso não se poderia dividir em lotes menores e sim em linhas, o que é inviável para a administração pública.

No que diz respeito a empresa possuir um certo número de veículos para prestar os serviços objeto do certame, não é exigência descabida, uma vez que a empresa deverá ter um mínimo necessário para executar o serviço e, segundo o setor de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

licitações, se a empresa tiver que locar mais que 50% dos veículos o objeto da licitação fica inexequível.

2.3. QUANTO A EXIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO NO MOMENTO DA HABILITAÇÃO

É inadmissível que uma empresa efetue o transporte de passageiros com veículos sem a devida cobertura de seguros, note-se que o edital não fez nenhuma menção ao fato de que a empresa deve contratar seguro exclusivo para o objeto da licitação, e sim possuir seguro, o que qualquer empresa idônea certamente possui, tanto que nenhum dos outros licitantes se insurgiu contra tal exigência editalícia.

A exigência não é novidade nos editais do município de Ivaí, sendo que sempre se fez tal exigência a qual nunca foi questionada.

Ainda há que se frisar que a Impugnante participou da licitação modalidade Pregão Presencial 04/2013, da qual foi vencedora de um dos lotes, cujo edital fazia a mesma exigência sem haver qualquer impugnação nesse sentido pela ora Impugnante.

2.4. QUANTO A FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DE INÍCIO E TÉRMINO DAS LINHAS

Segundo a Secretaria de Educação o trajeto de cada linha é definido de acordo com a necessidade dos alunos beneficiários do transporte local, por esse motivo não se estabelece um itinerário fixo, sendo o mesmo alterado de acordo com a necessidade, com a intenção de facilitar a cotação de preços pelos licitantes se determinou as localidades atendidas para que se possa apurar as condições de terreno.

É bastante comum em Ivaí que no início do ano letivo se estabeleça um itinerário, sendo que no transcorrer do ano letivo surgem alunos em locais mais distantes, obrigando o transporte a ir até aquele local, se fossem fixos tais trajetos o município não poderia alterar o trajeto, por este motivo a licitação é por quilômetro rodado e não por linhas específicas, sendo o itinerário definido pelo município.

2.5. QUANTO A EMPRESA SÃO GERÔNIMO VIR A VENCER O CERTAME

O processo licitatório segue regras claras trazidas na lei 8666/93, sendo imprescindível a devida publicidade, o que foi dado no presente certame, o qual está aberto a qualquer licitante apto participar, pode até ser que a citada empresa venha a se sagrar vencedora, ou que nem ao menos participe, no entanto, não existem elementos que impeçam outras empresas de participar do certame, a citada empresa não é a única do ramo na



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

região, existem várias outras, uma vez que o edital não restringiu a participação apenas empresas sediadas no município, o que certamente traria inviabilidade de competição.

Destaque-se que várias outras empresas retiraram o edital com o intuito de participar do certame.

3. Conclusão

Ante o exposto, impõe-se o conhecimento da impugnação em pauta porque tempestiva, negando-lhe provimento no mérito.

É o parecer

Ivaí, 22 de julho de 2013.

Wilson A. Eidam
ADVOGADO – OAB/PR - 26400



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PROCURADORIA JURÍDICA PARECER

Interessado: Encarregado do Setor de Licitações

Assunto: Parecer sobre julgamento de Processo de Licitação

O encarregado do setor de licitações, Marco Antonio Jensen, solicita o pronunciamento desta assessoria jurídica, a cerca do julgamento do processo de Licitação n.º 057/2013 - Pregão Presencial n.º 055/2013 para subsidiar o procedimento de Homologação.

Conclusão:

Analizado o processo em epigrafe atesta-se que foi realizado seguindo os preceitos da Lei Federal 8.666/93.

Ivaí-Pr, 24 de Julho de 2013.

Wilson Ariel Eidam
Procurador Jurídico